



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

Coordenadoria de Convênios Acadêmicos (CAC/DPI/PROPLAG)  
Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos , Campus Universitário - <https://ufla.br>  
Lavras/MG, CEP 37203-202

**ACORDO DE PARCEIRA Nº 049/2024 - UFLA, PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - PD&I QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA, A HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA E A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO CULTURAL - FUNDECC, NA FORMA ABAIXO.**

### PRIMEIRO PARTÍCIPE

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, inscrita no CNPJ sob o nº 22.078.679/0001-74, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, no Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, s/n, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Reitor, Sr. **JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO**, portador da matrícula SIAPE nº 639\*\*\*\*, nomeado pelo Decreto Presidencial de 22 de abril de 2024, publicado no DOU de 23/04/2024, Página 1, Seção 2

### SEGUNDO PARTÍCIPE

**HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.176.755/0001-05, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Verbo Divino, no 2001, andar 2, conjunto 21, CEP 04719-002, doravante denominada HELM, neste ato representada por seus bastante procuradores, Sra. MARIANA PEREZ CAVALCANTI, e Sr. EDUARDO ARTHUR DOS SANTOS, conforme procuração lavrada Substituta do Tabelião, sob a forma de DOCUMENTO ELETRÔNICO do 2º Tabelião de Notas da Comarca de São Paulo - SP, 1o Traslado do Livro no 3785 - Fls 339/341, doravante denominado PARCEIRO.

### INTERVENIENTE

**FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E CULTURAL**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.905.127/0001-07, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Campus da UFLA, doravante denominada **FUNDECC**, credenciada como Fundação de Apoio pela Portaria MEC/MCTI nº 101, de 4/7/2022, publicada no Diário Oficial da União de 6/7/2022, Seção 1, página 125, e autorizada pela Resolução CUNI/UFLA nº 104, de 20/12/2021, neste ato representada por sua Diretora Executiva, Sra. **ANA PAULA PIOVESAN MELCHIORI**, portadora do CPF nº \*\*\*.513.318-\*\*.

Os PARCEIROS, anteriormente qualificados, resolvem celebrar o presente acordo de parceria para pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I, em conformidade com as normas legais vigentes no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação -

MLCT&I (Emenda Constitucional nº 85, 26 de fevereiro de 2015, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 e Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018), que deverá ser executado com estrita observância das seguintes cláusulas e condições:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** O presente acordo de parceria para PD&I tem por objeto a cooperação técnica e científica entre os PARCEIROS para desenvolver o projeto “**Rede de Fungicidas em Milho**”, a ser executado nos termos do plano de trabalho anexo.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - PLANO DE TRABALHO**

**2.1.** O plano de trabalho define os objetivos a serem atingidos no projeto a ser executado no presente acordo de parceria, apresenta o planejamento dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições de cada um dos PARCEIROS, a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, bem como o cronograma físico-financeiro do projeto, a fim de possibilitar a fiel consecução do objeto desta parceria, estabelecendo objetivos, metas e indicadores.

**2.2.** Na execução do plano de trabalho, a atuação dos PARCEIROS dar-se-á sempre de forma associada. Para tanto, os PARCEIROS indicarão, na forma da Subcláusula 3.1, seus respectivos coordenadores de projeto, que serão responsáveis pela supervisão e pela gerência das atividades correspondentes ao plano de trabalho.

**2.3.** Recae sobre o coordenador do projeto, designado pela UFLA, nos termos da alínea c, Subcláusula 3.1.1., as responsabilidades técnicas e de articulação correspondentes.

**2.4.** Situações capazes de afetar sensivelmente as especificações ou os resultados esperados para o plano de trabalho deverão ser formalmente comunicadas pelos coordenadores do projeto à Diretoria de Inovação Tecnológica da UFLA doravante denominado DINTEC/PRPI, a qual competirá avaliá-las e tomar as providências cabíveis.

**2.5.** A impossibilidade técnica e científica quanto ao cumprimento de qualquer fase do plano de trabalho que seja devidamente comprovada e justificada acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à alteração, à adequação ou à extinção do acordo.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES**

**3.1.** São responsabilidades e obrigações, além dos outros compromissos assumidos neste acordo de parceria para PD&I:

### **3.1.1.** Da UFLA:

**a.** aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à

consecução do objeto deste acordo de parceria para PD&I;

**b .** manter rigoroso controle das despesas efetuadas e dos respectivos comprovantes com vistas à prestação de contas da execução do objeto deste acordo;

**c .** indicar um coordenador, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura deste acordo, para acompanhar a sua execução;

**d.** prestar ao(s) parceiro(s) informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos termos deste acordo;

**e.** monitorar, avaliar e prestar contas nos termos deste acordo;

### **3.1.2. Do PARCEIRO:**

**a .** transferir os recursos financeiros acordados, segundo o cronograma de desembolso constante no plano de trabalho;

**b.** indicar coordenador, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da assinatura deste acordo, para acompanhar a sua execução;

**c .** colaborar, nos termos do plano de trabalho, para que o acordo alcance os objetivos nele descritos;

### **3.1.3. Da FUNDECC:**

**a .** aplicar os recursos repassados exclusivamente nas atividades relacionadas à consecução do objeto deste acordo de parceria para PD&I;

**b.** prestar à UFLA informações sobre os recursos recebidos e a respectiva situação de execução dos projetos aprovados, nos termos deste acordo;

**c.** indicar responsável, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura deste acordo, para acompanhar a sua execução;

**d.** executar a gestão administrativa e financeira dos recursos transferidos para a realização do objeto deste acordo, em conta específica;

**e.** informar previamente ao PARCEIRO os dados bancários e cadastrais necessários à realização dos aportes financeiros;

**f.** restituir ao PARCEIRO os saldos financeiros remanescentes, pertinentes ao seu respectivo aporte, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do término da vigência ou da denúncia deste acordo de parceria, sendo facultado ao PARCEIRO a doação dos valores à UFLA ou destinar estes valores para outro projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação mediante a celebração de instrumento jurídico específico;

**g.** responsabilizar-se pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições e outros encargos porventura devidos em decorrência das atividades vinculadas a este acordo de parceria;

**h.** manter, durante toda a execução do acordo de parceria, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para a sua celebração, responsabilizando-se pela boa e integral execução das atividades ora descritas;

**i.** nas compras de bens e nas contratações de serviços, observar as regras do Decreto nº 8.241, de 2014;

**j.** observar os princípios da legalidade, eficiência, moralidade, publicidade, economicidade, legalidade e impessoalidade, nas aquisições e contratações realizadas, bem como no desenvolvimento de todas as suas ações no âmbito deste acordo de parceria;

**k.** manter registros contábeis, fiscais e financeiros completos e fidedignos relativamente à aplicação dos aportes recebidos do PARCEIRO, fazendo-o em estrita observância às normas tributário-fiscais em vigor e, especialmente, à legislação que instituiu contrapartidas em atividades de PD&I para a concessão de incentivos ou de benefícios dos quais o PARCEIRO seja ou se torne beneficiário;

**l.** cumprir todas as normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, em especial as trabalhistas, previdenciárias e tributárias derivadas da relação existente entre si e seus empregados e/ou contratados, durante a execução do projeto objeto do plano de trabalho, de forma que não se estabelecerá, em hipótese alguma, vínculo empregatício entre esses empregados, funcionários, servidores ou contratados da INTERVENIENTE e PARCEIROS;

**m.** responsabilizar-se pelos salários e todos os ônus trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações trabalhistas ajuizadas, e por quaisquer autos de infração, e ainda, fiscalização do Ministério do Trabalho e da Previdência Social a que der causa, com relação a toda a mão de obra contratada em decorrência do presente acordo de parceria.

**3.2.** Os coordenadores de projeto poderão ser substituídos a qualquer tempo, competindo a cada PARCEIRO comunicar ao(s) outro(s) acerca desta alteração.

**3.3.** Os PARCEIROS são responsáveis, nos limites de suas obrigações, respondendo por perdas e danos quando causarem prejuízo em razão da inexecução do objeto do presente acordo de parceria para PD&I ou de publicações a ele referentes.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**4.1.** O PARCEIRO transferirá recursos financeiros no valor total de **R\$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)**, conforme cronograma de desembolso constante no plano de trabalho, anexo a este acordo.

**4.2.** O PARCEIRO efetuará os aportes financeiros previstos no plano de trabalho por meio de depósitos em conta corrente específica, servindo o comprovante da operação bancária como recibo, para fins de direito.

**4.3.** Eventuais ganhos financeiros com aplicação serão revertidos para garantir a integral execução do objeto desta parceria ou restituídos, nos termos da alínea “f” do subitem 3.1.3 da Cláusula Terceira.

**4.3.1.** Após a execução total do projeto, havendo ainda saldos provenientes das receitas obtidas de aplicações financeiras, esses serão doados pelo PARCEIRO à UFLA para fins de aporte em outros projetos desta, nos termos de instrumento jurídico próprio a ser firmado pelas partes.

**4.4.** Qualquer alteração no plano de trabalho que torne necessário o aporte de recursos adicionais pelo PARCEIRO, deverá ser prévia e formalmente aprovada pelos PARCEIROS e formalizada mediante aditivo.

**4.5.** Do valor total repassado, a INTERVENIENTE poderá utilizar até 15% (quinze por cento) para custear despesas operacionais, detalhadas e justificadas no plano de trabalho.

**4.5.1.** Os valores dos recursos financeiros previstos nesta Subcláusula 4.5 poderão ser alterados por meio de termo aditivo, com as necessárias justificativas e de comum acordo entre os PARCEIROS e a INTERVENIENTE.

**4.6.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de categoria de programação para outra poderão ocorrer com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades de ciência, tecnologia e inovação.

**4.6.1.** No âmbito deste projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação, o coordenador da UFLA indicará a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

**4.6.2.** Por ocasião da ocorrência de quaisquer das ações previstas no item anterior, a UFLA poderá alterar a distribuição inicialmente acordada, promover modificações internas ao seu orçamento, alterar rubricas ou itens de despesas, desde que não modifique o valor total do projeto.

**4.7.** São dispensáveis de formalização por meio de termo aditivo as alterações previstas no item 4.6 que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no plano de trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

**4.7.1.** Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa e alterações de rubricas ou itens de despesas, necessárias para efetiva execução do projeto, ficarão dispensadas de prévia anuência do PARCEIRO, hipótese em que o coordenador do projeto solicitará a alteração à INTERVENIENTE, devendo constar as razões que ensejam as alterações, indicando a necessidade de alteração das categorias de programação, as dotações orçamentárias e a distribuição entre grupos de natureza de despesa em referência ao projeto de pesquisa aprovado originalmente.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DO PESSOAL**

**5.1.** Cada PARCEIRO se responsabiliza, individualmente, pelo cumprimento das obrigações legais derivadas da relação existente entre si e seus empregados, servidores, administradores, prepostos e/ou contratados, que colaborarem na execução do objeto deste acordo, de forma que não se estabelecerá, em hipótese

alguma, vínculo empregatício ou de qualquer outra natureza com o PARCEIRO e o pessoal da UFLA e da INTERVENIENTE e vice-versa, cabendo a cada PARCEIRO e à INTERVENIENTE a responsabilidade pela condução, coordenação e remuneração de seu pessoal, e por administrar e arquivar toda a documentação comprobatória da regularidade na contratação.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA**

**6.1.** Todos os dados, técnicas, tecnologia, know-how, marcas, patentes e quaisquer outros bens ou direitos de propriedade intelectual de um parceiro que este venha a utilizar para execução do projeto continuarão a ser de sua propriedade exclusiva, não podendo o outro parceiro cedê-los, transferi-los, aliená-los, divulgá-los ou empregá-los em quaisquer outros projetos ou sob qualquer outra forma sem o prévio consentimento escrito do seu proprietário.

**6.2.** Todo desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente acordo de parceria, deverá ter a sua propriedade compartilhada entre os PARCEIROS, na mesma proporção em que cada um contribuiu com recursos economicamente mensuráveis (humanos, materiais etc.), além do conhecimento pré-existente aplicado, conforme previsto no art. 9º, § 3º, da Lei nº 10.973, de 2004.

**6.2.1.** No caso de modificação ou aperfeiçoamento em tecnologia pré-existente (como certificado de adição ou similar em âmbito internacional), a propriedade será integralmente do titular original, ressalvados os direitos de uso e exploração comercial, conforme definido em instrumento jurídico próprio.

**6.3.** A divisão da titularidade sobre a propriedade intelectual prevista na Subcláusula 6.2 será definida por meio de instrumento próprio.

**6.4.** O instrumento previsto na Subcláusula 6.3 observará os requisitos legais e formais necessários para sua celebração e poderá ser averbado junto aos órgãos competentes.

**6.5.** Eventuais impedimentos de um dos PARCEIROS não prejudicará a titularidade e/ou a exploração dos direitos da propriedade intelectual pelos demais.

**6.6.** Os PARCEIROS devem assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e que a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos autorais, patentes ou outros direitos intelectuais, assim como direitos de terceiros.

**6.7.** Na hipótese de eventual infração de qualquer direito de propriedade intelectual relacionada às tecnologias resultantes, os parceiros concordam que as medidas judiciais cabíveis visando a coibir a infração do respectivo direito podem ser adotadas em conjunto ou separadamente.

**6.8.** Os depósitos de pedidos de proteção de propriedade intelectual devem ser iniciados necessariamente junto ao órgão de registro competente e cadastrados no sistema de acompanhamento da UFLA.

**6.9.** As decisões relacionadas à preparação, processamento e manutenção de pedidos de patente das tecnologias resultantes deste instrumento, no Brasil e em outros países, devem ser tomadas em conjunto pelos PARCEIROS.

**6.9.1.** Caberá à UFLA a responsabilidade de preparar, arquivar, processar e manter pedidos de patente no Brasil e caberá ao PARCEIRO a responsabilidade de preparar, arquivar, processar e manter pedidos de patente em outros países, respeitado o instrumento jurídico previsto na Cláusula 6.3.

**6.10.** Tanto no que se refere à proteção da propriedade intelectual quanto às eventuais medidas judiciais, os PARCEIROS concordam que as despesas deverão ser suportadas de acordo com os percentuais definidos para a titularidade.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO E DAS PUBLICAÇÕES**

**7.1.** Os PARCEIROS concordam em não utilizar o nome do outro PARCEIRO ou de seus empregados em qualquer propaganda, informação à imprensa ou publicidade relativa a este acordo de parceria ou a qualquer produto ou serviço decorrente deste, sem a prévia aprovação por escrito do outro PARCEIRO.

**7.2.** Fica vedado aos PARCEIROS utilizar, no âmbito deste acordo de parceria, nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

**7.3.** Os PARCEIROS não poderão utilizar o nome, logomarca ou símbolo um do outro em promoções e atividades afins alheias ao objeto deste acordo, sem prévia autorização do respectivo PARCEIRO sob pena de responsabilidade civil em decorrência do uso indevido do seu nome e da imagem.

**7.4.** As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais, relacionados com os recursos do presente acordo, deverão mencionar expressamente o apoio recebido dos PARCEIROS.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS**

**8.1.** Os PARCEIROS adotarão todas as medidas necessárias para proteger o sigilo das informações confidenciais recebidas em função da celebração, desenvolvimento e execução do presente acordo de parceria, inclusive na adoção de medidas que assegurem a tramitação do processo, não as divulgando a terceiros, sem a prévia e escrita autorização do outro PARCEIRO.

**8.2.** Os PARCEIROS informarão aos seus funcionários e prestadores de serviços e consultores que necessitem ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do acordo, acerca das obrigações de sigilo assumidas,

responsabilizando-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

**8.3.** Os PARCEIROS farão com que cada pessoa de sua organização, ou sob o seu controle, que receba informações confidenciais, assuma compromisso de confidencialidade, por meio da assinatura de termo de confidencialidade.

**8.4.** Não haverá violação das obrigações de confidencialidade previstas no acordo de parceria nas seguintes hipóteses:

**8.4.1.** informações técnicas ou comerciais que já sejam do conhecimento dos PARCEIROS na data da divulgação, ou que tenham sido comprovadamente desenvolvidas de maneira independente e sem relação com o acordo pelo PARCEIRO que a revele;

**8.4.2.** informações técnicas ou comerciais que sejam ou se tornem de domínio público, sem culpa do(s) PARCEIROS(S);

**8.4.2.1.** qualquer informação que tenha sido revelada somente em termos gerais não será considerada de conhecimento ou domínio público.

**8.4.3.** informações técnicas ou comerciais que sejam recebidas de um terceiro que não esteja sob obrigação de manter as informações técnicas ou comerciais em confidencialidade;

**8.4.4.** informações que possam ter divulgação exigida por lei, decisão judicial ou administrativa;

**8.4.5.** revelação expressamente autorizada, por escrito, pelos PARCEIROS.

**8.5.** A divulgação científica, por meio de artigos em congressos, revistas e outros meios, relacionada ao objeto deste instrumento poderá ser realizada mediante autorização por escrito dos PARCEIROS, e não deverá, em nenhum caso, exceder ao estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada.

**8.6.** As obrigações de sigilo em relação às informações confidenciais serão mantidas durante o período de vigência deste acordo e pelo prazo de 5 (cinco) anos após sua extinção.

**8.7.** Para efeito desta cláusula, a classificação das informações como confidenciais será de responsabilidade de seu titular, devendo indicar os conhecimentos ou informações classificáveis como confidenciais por qualquer meio.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**9.1.** Os PARCEIROS obrigam-se ao cumprimento das previsões decorrentes das leis e normas aplicáveis, nacionais e internacionais, desde que internalizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro, versando sobre preservação da privacidade e proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016.

**9.2.** Os PARCEIROS deverão manter um Programa de Governança em Proteção de Dados, contemplando dispositivos sobre proteção de dados pessoais, medidas administrativas, técnicas e físicas razoáveis concebidas para assegurar e proteger a confidencialidade, integridade e disponibilidade de todas as informações confidenciais e demais informações que possam identificar, direta ou indiretamente, uma pessoa física, quando em posse dos PARCEIROS, contra acesso não autorizado, ilícito ou acidental, divulgação, transferência, destruição, perda ou alteração.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO**

**10.1.** Os PARCEIROS deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de civilidade e legalidade, e de acordo com as boas práticas empresariais para cumprir e assegurar que seus conselheiros, diretores, empregados e/ou qualquer pessoa agindo em seu nome, inclusive prepostos e subcontratados, quando houver (todos doravante referidos como “Partes Relacionadas” e, cada uma delas, como “uma Parte Relacionada”) obedecerão a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, vigentes nas jurisdições em que os PARCEIROS estão constituídos e na jurisdição em que o acordo de parceria será cumprido (se diferentes), para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste acordo de parceria.

**10.2.** Um PARCEIRO deverá notificar imediatamente o outro sobre eventual suspeita de qualquer fraude que tenha ocorrido, esteja ocorrendo, ou provavelmente ocorrerá, para que sejam tomadas as medidas necessárias para apurá-las.

**10.3.** Os PARCEIROS obrigam-se a observar rigidamente as condições contidas nos itens abaixo, sob pena de imediata e justificada rescisão do vínculo contratual.

**10.4.** Os PARCEIROS declaram-se cientes de que seus departamentos jurídicos e/ou advogados contratados estão autorizados, em caso de práticas que atentem contra os preceitos desta cláusula, a solicitar a imediata abertura dos procedimentos criminais, cíveis e administrativos cabíveis à cada hipótese:

**10.4.1.** Os PARCEIROS não poderão, em hipótese alguma, dar ou oferecer nenhum tipo de presente, viagens, vantagens a qualquer empregado, servidor, preposto ou diretor de outro PARCEIRO, especialmente àqueles responsáveis pela fiscalização do presente acordo. Serão admitidos apenas, em épocas específicas, a entrega de brindes, tais como canetas, agendas, folhinhas, cadernos etc.;

**10.4.2.** Os PARCEIROS somente poderão representar outro PARCEIRO perante órgãos públicos quando devidamente autorizado para tal, seja no corpo do próprio acordo, seja mediante autorização prévia, expressa e escrita de seu representante com poderes para assim proceder;

**10.4.3.** Os PARCEIROS e seus empregados/prepostos, quando agirem em nome ou defendendo interesses deste acordo perante órgãos, autoridades ou agentes públicos, não poderão dar, receber ou oferecer quaisquer presentes, vantagens ou favores a agentes públicos, sobretudo no intuito de obter qualquer tipo de favorecimento para os PARCEIROS;

**10.4.4.** Os PARCEIROS, quando agirem em nome ou defendendo seus interesses, não poderão fornecer informações sigilosas a terceiros ou a agentes públicos, mesmo que isso venha a facilitar, de alguma forma, o cumprimento desse acordo;

**10.4.5.** Os PARCEIROS, ao tomar conhecimento de que algum de seus prepostos ou empregados descumpriram as premissas e obrigações acima pactuadas, denunciarão espontaneamente o fato, de forma que, juntos, elaborem e executem um plano de ação para:

- I. afastar o empregado ou preposto imediatamente;
- II. evitar que tais atos se repitam; e
- III. garantir que o acordo tenha condições de continuar vigente.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO**

**11.1.** Aos coordenadores indicados pelos PARCEIROS competirá dirimir as dúvidas que surgirem na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas e de tudo dará ciência às respectivas autoridades.

**11.2.** O coordenador do projeto indicado pela UFLA anotará, em registro próprio, as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, recomendando as medidas necessárias à autoridade competente para a regularização das inconsistências observadas.

**11.3.** O acompanhamento do projeto pelos coordenadores não exclui nem reduz a responsabilidade dos PARCEIROS perante terceiros.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**12.1.** O presente acordo de parceria para PD&I vigorará pelo **prazo de 12 (doze meses)**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo, mediante a apresentação de justificativa técnica, com as respectivas alterações no plano de trabalho.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

**13.1.** As cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser

alteradas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado.

**13.1.1.** A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data final da vigência do Acordo.

**13.2.** É vedado o aditamento do presente acordo com o intuito de desnaturar o seu objeto, sob pena de vício de legalidade.

**13.3.** São dispensáveis de formalização por meio de termo aditivo as alterações que importem em transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, com o objetivo de conferir eficácia e eficiência às atividades previstas no plano de trabalho, desde que não haja alteração do valor total do projeto.

**13.3.1.** Alterações na distribuição entre grupos de natureza de despesa e alterações de rubricas ou itens de despesas ficam dispensadas de prévia anuência do PARCEIRO, hipótese em que o coordenador comunicará ao(s) demais(outro) PARCEIRO(S), juntamente com as razões que motivaram as alterações.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO MONITORAMENTO, DA AVALIAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**14.1.** Os PARCEIROS exercerão a fiscalização técnico-financeira das atividades do presente acordo.

**14.2.** O coordenador deverá encaminhar à INTERVENIENTE:

**a.** Formulário de Resultado Parcial: semestralmente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do término do período de apuração, em conformidade com os indicadores estabelecidos no respectivo plano de trabalho; e

**b.** Formulário de Resultado Final: no prazo de até 90 (noventa) dias contados da conclusão do objeto deste acordo, em conformidade com os indicadores estabelecidos no respectivo plano de trabalho.

**14.3.** Nos Formulários de Resultado de que tratam os itens “a” e “b” da Subcláusula 14.2, deverá ser demonstrada a compatibilidade entre as metas previstas e as alcançadas no período, bem como apontadas as justificativas em caso de discrepância, consolidando dados e valores das ações desenvolvidas.

**14.4.** Caberá a cada PARCEIRO adotar as providências necessárias julgadas cabíveis, caso os relatórios parciais de que trata a alínea “a” da Subcláusula 14.2 demonstrem inconsistências na execução do objeto deste acordo.

**14.5.** A prestação de contas será simplificada, privilegiando os resultados da

pesquisa, e seguirá as regras previstas no artigo 58 do Decreto nº 9.283/18 e/ou na Política de Inovação da entidade pública.

**14.6.** A INTERVENIENTE deverá apresentar a prestação de contas financeira, em até 120 (cento e vinte) dias, contados do termo final do prazo de vigência previsto neste Acordo.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DO ACORDO**

**15.1.** O presente acordo de parceria poderá ser extinto por:

**15.1.1.** rescisão, em caso de inadimplemento total ou parcial das cláusulas deste instrumento jurídico ou condições pactuadas no plano de trabalho;

**15.1.2.** resolução, por ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a sua execução;

**15.1.3.** denúncia, por vontade de qualquer dos PARCEIROS e independente da sua aceitação pelo(s) outro(s).

**15.2.** Constituem motivos para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste acordo, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexequível o instrumento, imputando-se aos PARCEIROS as responsabilidades pelas obrigações até então assumidas, devendo o PARCEIRO que se julgar prejudicado notificar o outro para que apresente esclarecimentos no prazo de 15 (quinze) dias corridos.

**15.2.1.** Prestados os esclarecimentos, os PARCEIROS deverão, por consenso, decidir pela rescisão ou manutenção do acordo.

**15.2.2.** Decorrido o prazo para esclarecimentos, caso não haja resposta, o acordo será rescindido de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais.

**15.3.** O presente acordo será rescindido em caso de decretação de falência, liquidação extrajudicial ou judicial, ou insolvência de qualquer dos PARCEIROS, ou, ainda, no caso de propositura de quaisquer medidas ou procedimentos contra qualquer dos PARCEIROS para sua liquidação e/ou dissolução.

**15.4.** Este acordo poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos PARCEIROS, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros, creditando eventuais benefícios adquiridos no período.

**15.5.** O presente acordo será extinto com o cumprimento do objeto ou com o

decurso do prazo de vigência.

**15.6.** Quando da extinção, denúncia ou rescisão, os PARCEIROS deverão pactuar a eventual destinação dos saldos financeiros remanescentes, da eventual propriedade intelectual e de outros aspectos que se fizerem necessários.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICIDADE**

**16.1.** A publicação do extrato do presente acordo no Diário Oficial da União (DOU) é condição indispensável para sua eficácia e será providenciada pela **UFLA** no prazo de até 20 (vinte) dias da sua assinatura.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS BENS**

**17.1.** Após a execução integral do objeto deste acordo, os bens patrimoniais, materiais permanentes ou equipamentos adquiridos serão revertidos à **UFLA**, por meio de termo de doação.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS NOTIFICAÇÕES**

**18.1.** Qualquer comunicação ou notificação relacionada ao presente acordo poderá ser feita pelos PARCEIROS/INTERVENIENTE, por qualquer meio físico ou eletrônico que garanta a certeza da ciência pelo destinatário, conforme as seguintes informações:

### UFLA

Diretoria de Inovação e Tecnologia - DINTEC/PRPI  
Trevo Rotatório Professor Edmir Sá Santos, s/n, Caixa Postal 3037, CEP 37203-202, Lavras/MG

(35) 3829-4507  
dintec@ufla.br

### INTERVENIENTE

Fundação de Desenvolvimento Científico Cultural – FUNDECC  
Caixa Postal 3060, CEP 37203-202, Lavras/MG

(35) 3829-1901  
fundecc@admfundecc.org.br

### PARCEIRO(A)

HELM DO BRASIL MERCANTIL

Rua Verbo Divino, 2001, Bairro Chácara Santo Antônio, Andar 2, Conj 21.

(11) 97275-7312

clayton.gadotti@helmag.com

**18.2.** Qualquer dos PARCEIROS/INTERVENIENTE poderá, mediante comunicação por escrito, alterar o endereço para o qual as comunicações ou solicitações deverão ser enviadas.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** É livre o acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos documentos e às informações relacionados a esse acordo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto, ressalvadas as informações tecnológicas e dados das pesquisas sigilosos.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, cidade de Lavras, para dirimir quaisquer litígios oriundos deste acordo, nos termos do inciso I do artigo 109 da Constituição Federal.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, os Partícipes assinam o presente instrumento, reconhecendo, desde já, a veracidade, autenticidade, integridade e eficácia deste Acordo, nos termos do artigo 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinados pelas partes por meio de plataforma digital ou através de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

*Lavras, data da última assinatura eletrônica*

**Pela UFLA:**

**JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO**

**Reitor**

**Pela PARCEIRO:**

**MARIANA PEREZ CAVALCANTI**

**Regional Compliance Officer**

**EDUARDO ARTUR DOS SANTOS**

## Diretor Financeiro Helm do Brasil

Pela INTERVENIENTE:

**ANA PAULA PIOVESAN MELCHIORI**

**Diretora**



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Perez Cavalcanti, Usuário Externo**, em 10/10/2024, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Artur Dos Santos, Usuário Externo**, em 10/10/2024, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Piovesan Melchiori, Usuário Externo**, em 11/10/2024, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE ROBERTO SOARES SCOLFORO, Reitor(a)**, em 24/10/2024, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufla.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufla.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0355222** e o código CRC **31FBF401**.

**Referência:** Caso responda este Documento, indicar expressamente o Processo nº 23090.014890/2024-56

SEI nº 0355222



## ACORDO DE PARCERIA COM REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS

### SEÇÃO I – PROJETO DE PESQUISA

#### I – DADOS CADASTRAIS DO PROJETO

##### 1. TÍTULO DO PROJETO

Rede de Fungicidas em Milho

##### 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Acordo de Parceria (Lei nº 10.973/04 e Decreto 9.283/18)

##### 3. ÓRGÃO EXECUTOR

Departamento de Agricultura, Escola de Ciências Agrárias de Lavras

##### 4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Pesquisa

Inovação

Ensino

Extensão Tecnológica

Extensão

Desenvolvimento Institucional



**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**

**5. RESUMO DO PROJETO**

Entre as fragilidades impostas à agricultura, a fitossanidade do milho é crítica, sendo necessárias ações coordenadas de difusão de tecnologias de manejo integrado de doenças, que resultem em produção com qualidade e em ganhos econômicos e sociais. Por essa razão, instituições de pesquisa e difusão tecnológica são desafiadas a buscar coesão interna e integração externa para estimular as boas práticas de proteção de plantas, de forma a auxiliar o produtor na obtenção da sustentabilidade. Tais ações visam a produção de ensaios em rede para a cultura do milho, considerando os sistemas produtivos praticados no estado. O uso de fungicidas é o principal métodos de controle empregados no manejo de doenças foliares do milho após o estabelecimento da cultura. No entanto, existe a necessidade de conhecer novas opções de fungicidas sítios específico e multissítios para controlar múltiplas doenças foliares do milho. Portanto, para atender demandas da cadeia produtiva de milho objetivando fornecer novas informações da eficiência de controle e a manutenção de produtividade utilizando fungicidas foliares, será organizada uma rede nacional de pesquisa cooperativa em parceria entre o setor público e privado. A pesquisa será conduzida em áreas experimentais do bioma Mata Atlântica e Cerrado, em microrregiões representativas do milho segunda safra. A infecção ocorrerá de forma natural, sem inoculação artificial de patógenos nas plantas. Neste trabalho, haverá apenas um protocolo de múltiplas doenças foliares do milho e dois ensaios que serão conduzidos: mistura pronta (Ensaio I). No Ensaio I, serão utilizados onze (11) tratamentos fungicidas em fase final de registro (RET III) ou em fase comercial, associados ou não com fungicidas multissítios. Além disso, serão adicionados quatro tratamentos padrões, sendo um controle positivo como fungicida sítio específico registrado para a cultura e amplamente utilizado por produtores no início do projeto, dois controles positivos com fungicida multissítios e um controle negativo sem fungicida, totalizando assim quinze (15) tratamentos experimentais. Três aplicações dos fungicidas serão realizados, em estádios fenológicos chaves de ocorrência das doenças foliares e proteção da cultura. Cinco avaliações da severidade das doenças serão realizadas. A severidade total por meio da área abaixo da curva de progresso da doença (AACPD) será calculada. A eficiência do fungicida será estimada pela AACPD e a porcentagem de controle. A praticabilidade agrônômica dos fungicidas será avaliada por meio da severidade total assim como da produtividade comparada ao tratamento testemunha. Análises estatísticas conjuntas das doenças e produtividade serão realizadas. As médias dos tratamentos significativos serão comparadas pelo teste de Tukey.

**6. PARCEIRO(S) NO PROJETO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



### 6.1. CELEBRANTE 1

1. Tipo de participação	2. Razão Social		
<b>Partícipe</b>	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS</b>		
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro)		4. CNPJ/MF	
Campus Universitário, s/n		22.078.679/0001-74	
5. Cidade/Estado	6. CEP	7. Telefone	
Lavras/MG	37.200-900	(35) 3829-1983	
8. Nome do representante legal			9. Cargo
José Roberto Soares Scolforo			REITOR

### 6.2. CELEBRANTE 2

1. Tipo de participação	2. Razão Social		
<b>Partícipe</b>	<b>Helm do Brasil Mercantil Ltda</b>		
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro)		4. CNPJ/MF	
Rua Verbo Divino, 2001 andar 2, conjunto 21.		47.176.755/0001-05	
5. Cidade/Estado	6. CEP	7. Telefone	
São Paulo	04719-002	(11) 97275-7312	
8. Nome do representante legal			9. Cargo
Sr. MARIANA PEREZ CAVALCANTI, e EDUARDO ARTHUR DOS SANTOS			Regional Compliance Officer / Diretor Financeiro

## II – DESCRIÇÃO DO PROJETO

## 7. INTRODUÇÃO

O potencial produtivo das lavouras de milho é fortemente influenciado pela ocorrência de severas epidemias de múltiplas doenças foliares, especialmente em híbridos suscetíveis (WISE et al., 2016). Devido ao aumento dos cultivos de segunda safra, epidemias de mancha branca, mancha de cercospora, mancha de turcicum, mancha de Bipolaris maidis e ferrugem políssora se tornaram típicas em anos de ocorrência do fenômeno de El Niño, caracterizados por chuvas bem distribuídas. Estas doenças foliares endêmicas, de ocorrência múltipla e distribuição mais generalizada em lavouras, tornaram-se um fator limitante para a produção sustentável do milho (REIS et al., 2004; FANTIN; DUARTE, 2009). A frequência do uso de fungicidas em lavoura comercial de milho tem sido cada vez maior nos últimos anos, em parte, devido aos altos preços do grão no mercado internacional (MULLER et al., 2013, WISE et al., 2016). Após a implantação da cultura, o uso de fungicidas no controle destas doenças foliares do milho segunda safra é uma realidade no Brasil, este que é um dos principais métodos de controle empregados para proteger o potencial produtivo de híbridos durante os estádios fenológicos vegetativos e reprodutivos da planta. Portanto, é fundamental determinar a eficiência de controle e o ganho de produtividade proporcionado pelos fungicidas atualmente recomendados para o controle de doenças foliares, sejam eles de natureza química sintética, fitoquímicos, microbiológicos ou indutores de resistência em plantas.

## 8. OBJETIVO GERAL

Gerar informações da eficiência de controle e manutenção de produtividade por meio do uso racional de fungicidas para controlar múltiplas doenças do milho segunda safra na região do Sul de Minas Gerais.

## 9. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Determinar a eficácia dos fungicidas no controle do complexo de doenças de milho na região do Sul de Minas Gerais

Analisar a produtividade do milho em relação ao controle químico de doenças.

## 10. JUSTIFICATIVA

Diante da importância do complexo de doenças do milho no Brasil especialmente em segunda safra, das poucas opções de ingredientes ativos registrado, bem como da eficiência de controle insatisfatória de muitos fungicidas para o controle de doenças em milho, fica evidente a necessidade de desenvolvimento de ações conjuntas para gerar informações da eficiência de controle e manutenção da produtividade por meio do uso racional de estratégias de manejo de doenças nessa cultura.

## 11. METODOLOGIA / FORMA DE DESENVOLVIMENTO

Neste projeto de pesquisa, para proteger todo o estágio fenológico do milho visando testar os tratamentos experimentais, excepcionalmente serão realizadas três aplicações sequenciais dos produtos em períodos chaves de maior intensidade das doenças foliares. Os intervalos entre as aplicações devem ser respeitados, mínimo de 14 dias e máximo de 21 dias, devido ser o período de efetividade dos fungicidas. Assim, as aplicações estimadas dos tratamentos serão realizadas nos seguintes estádios vegetativo (V) e reprodutivo (R) do milho (Abendroth et al., 2011; Custódio et al., 2019ab):

Alvo-biológico: mancha branca e mancha de cercóspora • primeira aplicação: no estágio vegetativo de oito folhas (V8), ou antecipar se houver 1% de severidade no tratamento testemunha sem fungicida; • segunda aplicação: no estágio vegetativo em pré-pendoamento de 11 folhas (V11); e, • terceira aplicação: no estágio reprodutivo em pós-pendoamento de grão bolha (R2, 10 dias após a emissão completa do pendão, após a polinização).

Alvo-biológico: helmintosporioses e ferrugem políssora • primeira aplicação: no estágio vegetativo de seis folhas (V6), ou antecipar se houver 1% de severidade no tratamento testemunha sem fungicida; segunda aplicação: no estágio vegetativo em pré-pendoamento de 11 folhas (V11); e, terceira aplicação: no estágio reprodutivo em pós-pendoamento de grão bolha (R2, 10 dias após a emissão completa do pendão, após a polinização).

Os fungicidas serão aplicados com pulverizador costal pressurizado (30 L pol-2 ) para pesquisa agrícola, com auxílio de tanque de CO<sub>2</sub>. Visando proporcionar melhor cobertura de aplicação dos fungicidas em toda área foliar das plantas de milho nos diferentes estádios fenológicos, o volume de calda com vazão constante será de no mínimo 180 l ha<sup>-1</sup>. Para isso, será recomendado utilizar uma longa barra lateral em alumínio, contendo pontas de pulverização espaçadas em 0,5 metros, utilizando ponta tipo XR que produz gota fina.

### Variáveis analisadas

Doenças foliares do milho Em cada localidade, cinco (5) avaliações individuais das doenças foliares do milho serão realizadas. A avaliação da severidade inicial, antes da primeira aplicação dos fungicidas, será no estágio vegetativo de seis folhas (V6) para os alvos-biológicos helmintosporiose e ferrugem políssora, e oito folhas (V8) para os alvos-biológicos mancha branca e mancha e cercóspora. Por outro lado, a avaliação da severidade final será no estágio reprodutivo R5 de 'grão dente', de 14 a 21 dias após a terceira e última aplicação dos fungicidas.

Os valores individuais de severidade das doenças foliares nas cinco avaliações serão utilizados no cálculo para obter um valor numérico adimensional para representar a severidade total da doença (Shaner e Finney, 1977), a área abaixo da curva de progresso da doença (AACPD).

A eficiência dos fungicidas será calculada pela porcentagem de controle, conforme estabelecido por Abbott (1925), utilizando os valores da AACPD de cada tratamento experimental em relação ao tratamento testemunha sem fungicida foliar. Os valores da severidade final também serão apresentados. Assim, a informação obtida da eficiência de controle da doença terá três classes: • Classe I (< 50 %); • Classe II (≥ 50 % e < 80 %); e, • Classe III (≥ 80 %).

Produtividade do milho Após o estágio reprodutivo R6 de grão em ponto de 'maturidade fisiológica'



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



## 12. RESULTADOS ESPERADOS

1. Aperfeiçoar o posicionamento estratégico de fungicidas foliares para reduzir os danos ocasionados por múltiplas doenças do milho segunda safra.
2. Disponibilizar relatório de avaliação de fungicidas sítio-específico ou multissítio com diferentes modos de ação ou novas combinações de formulações para controlar múltiplas doenças do milho.

## III – PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

### 13. PRAZO NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DO PROJETO

**12 meses**

## IV – PARTICIPAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO

### 14. FUNDAÇÃO DE APOIO PARTICIPANTE

1. Tipo de participação	2. Razão Social		
<b>INTERVENIENTE</b>	<b>FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E CULTURAL</b>		
3. Endereço da sede (av., rua, nº, bairro)		4. CNPJ/MF	
Campus Histórico da UFLA, s/n		07.905.127/0001-07	
5. Cidade/Estado	6. CEP	7. Telefone	
Lavras / MG	37.200-000	(35) 3829-1901	
8. Nome do representante legal			9. Cargo
Ana Paula Piovesan Melchiori			Diretora Executiva



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



### 15. JUSTIFICATIVA PARA PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO

A Universidade Federal de Lavras possui uma grande demanda interna para gestão da Instituição como um todo, seja na Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão – PROPLAG, nos órgãos de aquisição e gestão de materiais, área financeira (Diretoria de Contabilidade - Dcont), além disso apresenta um número reduzido de servidores técnicos administrativos para atender a grande demanda existente, bem como a impossibilidade de contratação de pessoas para trabalhos por tempo determinado. Com isso, a UFLA necessita do suporte de uma fundação de apoio para gestão dos recursos financeiros deste projeto.

A Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural - FUNDECC, credenciada pelos Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação (MCTI) e Ministério da Educação (MEC) e autorizada pelo Conselho Universitário (CUNI/UFLA) como fundação de apoio da UFLA, possui uma equipe técnica especializada e capacitada, sistema de gestão informatizado e online para gestão financeira de recursos provenientes de projetos realizados com a UFLA, instituições de fomento, empresas públicas e privadas dentre outros. Assim, a FUNDECC é a alternativa mais viável para a gestão administrativa deste projeto, pois, conforme estabelecido em seu Estatuto, tem como premissa o apoio ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal de Lavras, assessorando a gestão e execução dos projetos.

A Lei nº 8.958/94 em seu art. 3º, §1º, com redação dada pela lei nº 12.863/13 prevê:

[...] que as fundações de apoio, com anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à formação e à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na conta única do Tesouro Nacional.

Neste sentido se faz de suma importância a celebração de convênio com a finalidade de repassar à FUNDECC a gestão dos recursos provenientes do presente projeto para que esta Instituição Federal de Ensino Superior consiga executar a parte técnica e atingir os objetivos propostos. Atualmente a UFLA encontra dificuldades na execução de projetos em decorrência das demandas de pessoal, aquisição de insumos e manutenção de bens duráveis, bem como a logística necessária à realização de cada uma das etapas das rotinas realizadas.

A FUNDECC poderá realizar a gestão administrativa, financeira, contábil e de logística, dando autonomia à equipe técnica para realizar a parte técnica do projeto dentro do padrão de excelência esperado para uma Instituição renomada como a UFLA.

## SEÇÃO II – PARECER TÉCNICO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



**16. DOS CAMINHOS QUE LEVARAM À COOPERAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO PARCEIRA**

A empresa Helm do Brasil é uma das patrocinadoras da rede nacional de pesquisa cooperativa RFT - Fitossanidade Tropical, esta empresa possui em seu portfólio vários fungicidas que podem ser viáveis para aplicação em estratégias de manejo de doenças na cultura do milho, objetivando fornecer novas informações da eficiência de controle e a manutenção de produtividade utilizando fungicidas foliares. Além disso a rede tem o objetivo de estabelecer parcerias multi Institucionais público-privada para conhecer a eficiência de controle e promover a manutenção de produtividade por meio do uso racional de fungicidas foliares para controlar múltiplas doenças do milho segunda safra.

**17. DA VIABILIDADE DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE PARCERIA COM A INSTITUIÇÃO PARCEIRA**

Existe viabilidade técnica dos meios a serem utilizados para a execução do projeto, visto que a natureza das ações previstas, já são executadas nas atividades de pesquisa do departamento **agricultura**. Todos os objetivos foram propostos em função da capacidade operacional já instalada no laboratório, visando as atividades dos alunos de graduação e pós-graduação do programa correlato.

Além disso, as metas, as etapas e as fases propostas apresentam exequibilidade nas suas divisões.

Há existência de risco de insucesso em algum dos resultados esperados, como o não aparecimento de alguma das doenças a ser avaliada, mas estes também serão tratados como resultados e, portanto, serão devidamente descritos nos demais relatórios e demais publicações oriundas deste projeto.

**18. DA CONDICIONANTE ECONÔMICO-FINANCEIRA OU RELACIONADA A RECURSOS HUMANOS PARA A VIABILIDADE DA EXECUÇÃO DO OBJETO DO ACORDO DE PARCERIA**

Não se vislumbra a existência de condicionante econômica ou financeira para o desenvolvimento da pesquisa, que será executada por servidores da UFLA, bem como por alunos de graduação e pós-graduação.

Serão disponibilizados equipamentos e infraestrutura já instalados e em uso nos Laboratórios da UFLA para a execução das atividades previstas no projeto, em pesquisa e ensino.

**19. DA DISPONIBILIDADE PELA UFLA DE CAPITAL INTELECTUAL, SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, LABORATÓRIOS, INFRAESTRUTURA E OUTROS**

A UFLA disponibilizará o capital intelectual por meio dos servidores e discentes listados na Seção III - Equipe Técnica deste documento.

**20. DO ENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS NÃO-INTEGRANTES DA UFLA**

Não haverá necessidade de envolvimento de recursos humanos não integrantes da UFLA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



## 21. DA CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÍMULO A INOVAÇÃO

O projeto prevê a concessão de bolsas de estímulo à inovação, conforme descrito na Seção III desse documento (Aplicação de Recursos>Bolsas).

Os valores das bolsas a serem concedidas estão de acordo com os parâmetros objetivos delineados por meio da Resolução CUNI 073/2021, notadamente no que se refere às disposições dos artigos 34 a 41.

## SEÇÃO III – PLANO DE TRABALHO DO PROJETO

### V – EQUIPE TÉCNICA

#### 22. INTEGRANTES PRÉ-DEFINIDOS

Função no Projeto	Nome				
Coordenador	Fernanda Carvalho Lopes de Medeiros				
Instituição	Universidade Federal de Lavras		Cargo/Função/Discente de:	Regime de trabalho/estudo	
			Professor Adjunto	<b>Dedicação Exclusiva</b>	
Carga Horária de dedicação ao Projeto (horas semanais)	Metas/Etapa/Fase de que participará				
<b>2 horas</b>	<b>Etapas 1. 2. 3 e 4</b>				
Receberá Bolsa?	Tipo de Bolsa (Res. CUNI 073/2021)		Período da Bolsa	Valor Mensal da Bolsa	
<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Coordenação		12 meses	1.200,00	

Função no Projeto	Nome				
Colaborador	Laura Oliveira Giansi				
Instituição	Universidade Federal de Lavras		Cargo/Função/Discente de:	Regime de trabalho/estudo	
			Discente	<b>Dedicação Exclusiva</b>	
Carga Horária de dedicação ao Projeto (horas semanais)	Metas/Etapa/Fase de que participará				
<b>5 horas</b>	<b>Etapas 1, 2 e 3</b>				
Receberá Bolsa?	Tipo de Bolsa (Res. CUNI 073/2021)		Período da Bolsa	Valor Mensal da Bolsa	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não					

Justificativa para seleção do membro:

**Expertise no tema do projeto e na metodologia de avaliação de doenças em milho**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO



Função no Projeto Colaborador	Nome João Galvão		
Instituição Universidade Federal de Lavras	Cargo/Função/Discente de: Discente	Regime de trabalho/estudo Dedicação Exclusiva	
Carga Horária de dedicação ao Projeto (horas semanais) 5 horas		Metas/Etapa/Fase de que participará Etapas 1, 2 e 3	
Receberá Bolsa? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Tipo de Bolsa (Res. CUNI 073/2021)	Período da Bolsa	Valor Mensal da Bolsa
Justificativa para seleção do membro: Expertise no tema do projeto e na metodologia de avaliação de doenças em milho			
<b>23. INTEGRANTES A SEREM SELECIONADOS</b>			

Função	Quantidade	Carga Horária de dedicação	Forma de Remuneração	Valor Mensal [R\$]	Duração (meses)	Metas/Atividades
Estudante de Graduação (TCC)	1	5	-	-	-	-

## VI – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

META	DESCRIÇÃO DA META
1	Condução dos ensaios no campo

ETAPA/FASE 1				
Plantio e condução ate a fase de aplicação				
Período de realização (em meses)		Unidade de Medida	Quantidade	Custo total da tapa/Fase [R\$]
Mês de Início	Mês de Término			
1	3	mes	3	31.200,00

ETAPA/FASE 2				
Aplicação dos tratamentos				
Período de realização (em meses)		Unidade de Medida	Quantidade	Custo total da tapa/Fase [R\$]
Mês de Início	Mês de Término			
3	6	mês	3	0



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO



ETAPA/FASE 3

Avaliações e Colheita

Período de realização (em meses)		Unidade de Medida	Quantidade	Custo total da tapa/Fase [R\$]
Mês de Início	Mês de Término			
3	8	mês	5	0

ETAPA/FASE 4

Sumarização dos dados e preparo dos relatórios

Período de realização (em meses)		Unidade de Medida	Quantidade	Custo total da tapa/Fase [R\$]
Mês de Início	Mês de Término			
8	12	mês	4	0

**VII - PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

**24. MATERIAL DE CONSUMO**

Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valores [R\$]	
			Unitário [R\$]	Total [R\$]
<b>Material de consumo em geral para a execução de todo projeto.</b>	variavel	variavel	variavel	<b>2.117,31</b>
18.1.1 Subtotal da rubrica [R\$]				<b>2.117,31</b>

**25. MATERIAL PERMANENTE**

Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valores [R\$]	
			Unitário [R\$]	Total [R\$]
18.2.1 Subtotal da rubrica [R\$]				

**26. SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS)**

Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valores [R\$]	
			Unitário [R\$]	Total [R\$]
<b>Despesas Bancarias</b>	variavel	variavel	variavel	<b>50,00</b>
18.3.1 Subtotal da rubrica [R\$]				

### 27. DIÁRIAS E RESSARCIMENTOS DE DESPESAS DE VIAGEM

Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valores [R\$]	
			Unitário [R\$]	Total [R\$]
Diárias	variavel	variavel	variavel	8.000,00
			18.4.1 Subtotal da rubrica [R\$]	

### 28. BOLSAS

Especificação	Quantidade	Valor unitário [R\$]	Valor mensal [R\$]	Número de meses	Total [R\$]
Bolsa Coordenador	1	1.200,00	1.200,00	12	14.400,00
				18.5.1 Subtotal da rubrica [R\$]	
				<b>14.400,00</b>	

**29. CUSTO DA EXECUÇÃO DO PROJETO [R\$]** 24.567,31

### 30. DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA FUNDAÇÃO DE APOIO

	Administrativo	Financeiro	Juridico	RH	Projetos	Compras
	<b>294,84</b>	<b>566,39</b>	<b>297,79</b>	<b>156,85</b>	<b>1010,71</b>	<b>621,82</b>
Pessoal	212,71	408,62	214,84	113,16	729,17	448,60
Material de consumo/software	11,70	22,48	11,82	6,23	40,12	24,68
Manutenção móvel/imóvel	6,90	13,25	6,97	3,67	23,65	14,55
Assessorias	43,30	83,18	43,73	23,03	148,42	91,31
Tributos/Anuidades/Encargos	1,68	3,24	1,70	0,90	5,77	3,55
Depreciação Patrimonial	10,38	19,95	10,49	5,52	35,59	21,90
Gestão de Projetos	8,16	15,68	8,24	4,34	27,98	17,22
<b>Subtotais</b>	<b>294,84</b>	<b>566,39</b>	<b>297,79</b>	<b>156,85</b>	<b>1010,71</b>	<b>621,82</b>
<b>TOTAL DA DOA: R\$2.948,40</b> (Dois mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos)						
<b>Valor da retirada mensal da DOA pela FUNDECC</b>						<b>11X245,00</b>
						<b>1x253,40</b>

**30.1. CUSTO TOTAL DA DESPESA OPERACIONAL [R\$]** 2.948,40

**31. SUBTOTAL DO PROJETO [R\$]** 27.515,71



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



### 32. TAXA DE RESSARCIMENTO À UFLA

*Cálculo de acordo com o Capítulo V e o Anexo II da Resolução CUNI nº 073/2021*

Descrição	Percentual	Valor [R\$]
Taxa de Ressarcimento pelo Nome e Imagem (TRNI)	5%	1.228,10
Taxa de Ressarcimento pelo Custo Indireto (TRCI)	10%	2.456,19
<b>32.1. Ressarcimento devido à UFLA [R\$]</b>		<b>3.684,29</b>

**33. TOTAL DO PROJETO [R\$] 31.200,00**

## VIII – CUSTEIO DO PROJETO

### 34. FONTE DO CUSTEIO E DESCRIÇÃO DOS RECURSOS<sup>1</sup>

Fonte	descrição da Receita	Valor [R\$]
Empresa Helm	Recurso financeiro	31.200,00
UFLA	Capital Intelectual	6.450,00
UFLA	Instalações e equipamentos da UFLA	50.000,00
<b>34.1. TOTAL DAS RECEITAS [R\$]</b>		<b>87.650,00</b>

## IX – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO

### 35. DESCRIÇÃO DO FINANCIAMENTO DO PROJETO

#### 35.1. Helm do Brasil Mercantil Ltda

ETAPA/FASE	Mês	Ano	Valor (R\$)
Etapa 1.	1	1	31.200,00
<b>35.1.1. TOTAL DO DESEMBOLSO [R\$]</b>			<b>31.200,00</b>

## X – BENEFÍCIOS A SEREM OBTIDOS PELA UFLA COM A EXECUÇÃO DO PROJETO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



**36. RELAÇÃO DE BENS, MANUTENÇÃO DA ESTRUTURA, BOLSAS PARA DISCENTES ETC**

Tipo	Descrição	Quant.	Valores [R\$]		
			Unit ou Per Capta	Mensal	Total
Capital	-	-	-	-	-
Bolsa	-	1	1.200,00	1.200,00	14.400,00
Material Permanente		-	-	-	-
		<b>36.1 VALOR TOTAL DOS BENEFÍCIOS [R\$]</b>			<b>14.400,00</b>

**XI – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



### 37. DECLARAÇÃO

Para os devidos fins de direito, na função de Coordenador do Projeto relacionado ao presente Plano de Trabalho, **DECLARO QUE:**

- a. Não há qualquer óbice para minha atuação como coordenador deste projeto, uma vez que estão sendo observadas todas as condições estabelecidas no Art. 26 da Resolução CUNI 073/2021;
- b. Os valores, tanto do capital intelectual, quanto da infraestrutura são compatíveis com a contrapartida oferecida pela universidade, e que seus cálculos foram feitos conforme a Resolução CUNI 073/2021, usando os critérios objetivos determinados no Anexo II (TTRCI e TRRH);
- c. Da mesma forma, que os valores das bolsas estipuladas neste documento observam as normas relativas à concessão de bolsa, notadamente no que se refere às disposições dos artigos 34 a 41 da Resolução CUNI 073/2021;
- d. Não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, não pertencente ao quadro ou do corpo discente da UFLA, como integrante da equipe técnica.
- e. Cumprirei o disposto neste Projeto e no instrumento jurídico dele derivado e, em especial a todas e demais disposições da Resolução CUNI nº 0073/2021;

Nome	SIAPE	Assinatura  Documento assinado digitalmente  FERNANDA CARVALHO LOPES DE MEDEIROS Data: 02/08/2024 12:07:23-0300 Verifique em <a href="https://validar.iti.gov.br">https://validar.iti.gov.br</a>
Fernanda Carvalho Lopes de Medeiros	3064621	
Cargo	Data	
Professora Adjunta	12/07/2024	

## XII – APROVAÇÃO DO PROJETO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
**PRÓ-REITORIA DE INOVAÇÃO E  
EMPREENDEDORISMO**



**38. APROVAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO**

Declaro, para os devidos fins de direito, na função de Vice-Chefe do Departamento de Agricultura que o presente plano de trabalho foi aprovado "ad referendum" do Conselho Departamental, nos termos regimentais, por meio da Portaria no 47, datada de 12 de julho de 2024.

Nome

**Alexandre Alves de Carvalho**

Assinatura



Documento assinado digitalmente  
**ALEXANDRE ALVES DE CARVALHO**  
Data: 02/08/2024 12:15:55-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**39. APROVAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO**

Eu, abaixo assinado, na condição de Diretor (a) Executivo (a) da Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural (FUNDECC), declaro para os devidos fins que o presente Plano de Trabalho foi aprovado no âmbito desta Fundação.

Declaro, ainda, que não serão contratadas empresas das quais participem de alguma forma o Coordenador do Projeto, ou seu cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau.

Nome

Assinatura



Documento assinado digitalmente  
**FABIO COSTA LASMAR**  
Data: 06/08/2024 10:15:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**40. APROVAÇÃO DA PARCEIRA**

Eu, abaixo assinado, na condição de Gerente de Desenvolvimento de Mercado, declaro para os devidos fins que o presente Plano de Trabalho foi aprovado no âmbito desta empresa.

Nome

Assinatura

**Clayton  
Gadotti**

Digitally signed by  
Clayton Gadotti  
Date: 2024.08.05  
17:47:38 -03'00'